



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA
20 DE JANEIRO DE 2021 - Nº 01/2021 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos vinte dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Alpiarça, por videoconferência, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores João Pedro Costa Arraiolos, Casimira Pereira Alves, Sónia Sanfona e António Moreira. Secretariou a reunião Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata n.º 21/2020 - Reunião realizada no dia 27/11/2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

**Ponto 02 – Proposta – Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PIMDFCI) –
Almeirim, Alpiarça, Chamusca.**-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

**Ponto 03 – Informação Sobre Pagamento de Compensação por Alienação de Direitos Sobre Lotes
da Zona Industrial.**-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente informação:-----





Ponto 04 – Proposta – Aprovação de Minuta – Contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo à Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias – Requalificação da Escola Básica do Frade de Baixo – Alpiarça – Código – ALT20-02-5673-FEDER-000097.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

ABERTURA DA REUNIÃO-----

---A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e dois minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento de seguida do resumo diário de tesouraria referente ao dia dezanove de Janeiro de dois mil e vinte e um, com um total de disponibilidades de 871.076,91 Euros (oitocentos e setenta e um mil, setenta e seis euros e noventa e um cêntimos).-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

---O Presidente começou por dar nota da evolução da situação do covid 19 no concelho, com uma flutuação significativa, relativamente àquilo que era o hábito durante muito tempo, dos números relativos ao Concelho de Alpiarça, tendo-se verificado uma subida muito rápida nos últimos dias e atingido o número máximo de cinquenta e um casos positivos. Informou que no dia anterior, após nova descida, existiam trinta e um casos ativos, cento e dez recuperados e quatro óbitos. Registou que o Concelho de Alpiarça voltou a ser o que apresenta o menor número de casos da sub-região. Transmitiu que, na sequência de tomadas de medida a nível nacional, com o decretado estado de emergência, houve algumas alterações ao nível dos serviços prestados pelo Município e do funcionamento de um conjunto de serviços públicos e privados. No que diz respeito ao Município foram tomadas algumas medidas, com o encerramento de alguns serviços, como a Biblioteca Municipal, as Piscinas Municipais, a Casa dos Patudos e com a restrição do atendimento presencial em diversos serviços, nos Paços do Concelho e no Gabinete de apoio ao Município. Referiu que a evolução da situação não permite ter uma outra avaliação do que aquela que tem sido feita,





destacando a responsabilidade da esmagadora maioria dos intervenientes, sobretudo das IPSS, a Fundação José Relvas e a ARPICA, das Escolas e de outros serviços públicos do Concelho, que têm dado um contributo fundamental, na defesa da população e no combate à doença. Realçou o facto das nossas instituições serem as primeiras da região às quais foi ministrada, a utentes, funcionários e dirigentes, a primeira dose da vacina contra a covid 19.-----

---Usou da palavra a Vereadora Sónia Sanfona, que cumprimentou os presentes. Começou por abordar o assunto da pandemia, dizendo que não está completamente surpreendida com o evoluir da situação, sabendo-se que seria pouco provável continuar a registar poucos casos, até porque as pessoas começaram a revelar algum cansaço relativamente às medidas, que estariam a ser cumpridas até essa altura, e que se percebeu que se estavam a aligeirar bastante. Disse que, inevitavelmente, com o que se passa a nível nacional, Alpiarça não é exceção e que, apesar de com a atitude construtiva e compreensiva das pessoas ter sido possível conter a situação, agora vive-se um momento terrível da pandemia e isso reflete-se também no nosso concelho. Entende que a maior parte do que se pode fazer não é institucional mas sim pessoal; tem a ver com o comportamento e a atitude de cada um e a responsabilidade para consigo próprio e para com os outros. Considera que, uma boa parte da responsabilidade é individual, mas a atitude da Câmara Municipal é também de grande importância, sobretudo para ajudar as pessoas a compreenderem a gravidade da situação e para reforçarem a necessidade de adoção de medidas de prevenção. Nesse sentido sugeriu à Câmara, para além do uso das redes sociais, se distribuam informações em papel, através de info-mail, reforçando a necessidade absoluta do cumprimento das medidas que estão indicadas pela DGS. Entende também que, como está a acontecer noutros municípios, se façam reuniões sistemáticas da Comissão Municipal de Proteção Civil, que enquadra um conjunto de agentes, entidades e instituições, que contribuem de uma forma muito importante para aquilo que são as medidas que se podem tomar no concelho. Sugeriu a desinfeção de locais públicos, reconhecendo que esta medida não é unânime, mas tem duas circunstâncias positivas; a primeira ajuda a combater a permanência do vírus em locais de passagem; a segunda, transmite uma ideia, que não é de falsa segurança, mas da preocupação de manter esses locais livres do vírus. Solicitou ao Presidente o ponto de situação relativamente às escolas, que se encontram a funcionar. Referiu-se de seguida às eleições presidenciais, que julga terem decorrido com toda a normalidade e com





a salvaguarda das medidas de segurança e perguntou se foi pedida a recolha de votos no domicílio, de pessoas em confinamento, e nos lares, na ARPICA e na Fundação José Relvas.

---Pedi a palavra o Vereador António Moreira que cumprimentou os presentes e começou por comentar a comunicação do Presidente sobre o covid 19, que acha ser bastante preocupante. Pensa que o info-mail da Câmara Municipal seria de uma grande utilidade, para chamar a atenção das pessoas para a gravidade da situação e que é um problema que pode atingir a todos, não só os de mais idade, mas também os mais jovens. Pensa que agora as pessoas começam a ficar assustadas com a situação e a terem a noção da sua gravidade. Acha que devia ser feita uma desinfeção à volta dos contentores do lixo e nos locais onde normalmente se concentram pessoas, como na zona do Mercado, da Casa do Povo, nas escolas, etc.. Perguntou de seguida como está a situação das Escolas e chamou a atenção para a recolha do lixo tendo notado alguns contentores cheios no fim de semana, nomeadamente na Urbanização Casal dos Gagos. Perguntou também pela situação do Canil Municipal e da candidatura que foi aprovada, bem como está a situação dos serviços de veterinária, tendo em conta que o Veterinário Municipal se reformou. Chamou a atenção para algumas tampas da Rua José Relvas que se encontram em mau estado e estaladas e para uma casa do Município na Urbanização dos quarenta e seis fogos, que foi alvo de uma pintura, mas que os principais trabalhos de conservação não foram feitos.-----

---O Presidente respondeu a algumas das questões colocadas. Relativamente à pandemia e à situação do concelho e do país, entende que se tem assistido a uma grande diversidade de linhas de abordagem da questão, inclusive por parte dos autarcas, nomeadamente Presidentes de Câmara. É da opinião que tem havido, nalgumas situações, algum exagero na responsabilização individual, ideia que tem sido promovida a níveis superiores em termos do poder político do estado e embora as pessoas não estejam totalmente fora de responsabilidades, não são o cerne do problema. Disse que a postura da Câmara em todo este processo é de valorizar a responsabilidade individual e o mérito das pessoas e das instituições do Concelho e que se não fosse assim a situação seria muito pior, com números bem diferentes dos que existem atualmente. Afirmou que não desvaloriza as análises e as propostas dos vereadores da oposição, mas que se tem procurado informar, lembrando que ainda recentemente foi distribuído o Boletim Municipal, que continha





um conjunto de dados relativamente à intervenção do Município no combate à pandemia, bem como diversos conselhos e recomendações sobre esta questão. Recordou também que se têm usado os meios digitais para o mesmo efeito e que se não se usa mais a informação em papel é porque a sua distribuição será mais difícil, pelo facto de ter de se andar na rua, embora esta situação não se ponha completamente de parte. Entende no entanto que desde Fevereiro/Março de dois mil e vinte muito poucos são os portugueses que não sabem quais os comportamentos que devem ter para combater a situação epidémica, devido à informação prestada pelos meios de comunicação social, que muitas vezes nem é a melhor. Admitiu que se pode fazer chegar em papel, alguma informação, nos moldes que foram sugeridos, o mesmo em relação à desinfeção dos espaços, que tem sido feita pontualmente. Recordou que os Bombeiros têm um grupo especializado, com métodos mais recentes de desinfeção de espaços, com intervenções sempre que haja necessidade, como foi o caso recente do Quartel da GNR, nas escolas com alguma frequência, no Centro de saúde, em farmácias e junto a outros diversos espaços públicos. No que diz respeito às reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil, deu nota que já se fizeram algumas e continua a haver um contacto permanente com todas as pessoas e instituições que a compõem, sendo feita a articulação necessária que se exige a todo o momento. Em relação às escolas reiterou que estas têm tido um papel determinante, com resultados muito positivos, devido à ação da Direção do Agrupamento, dos professores, dos Técnicos e de todos os funcionários, com casos positivos muito pontuais e residuais, na maioria das vezes importados do exterior e que muitas vezes são detetados a tempo e não chegam a entrar na escola. Relativamente ao funcionamento das escolas, entende que não há um verdadeiro confinamento da população se as escolas não fecharem e se a ideia é reduzir drasticamente o número de pessoas a circular na via pública, é inevitável o fecho das escolas, embora o ideal seria que não fosse necessário. Em relação às tampas de esgoto na Rua José Relvas sabe que foi recentemente feita uma manutenção pelas Águas do Ribatejo e os serviços da Câmara repararam também algumas da sua responsabilidade. Sobre os contentores do lixo lembrou que o Concelho de Alpiarça é aquele que, de toda a nossa região e da Resiurb, tem um maior índice de contentores distribuídos pela população. No que diz respeito às eleições presidenciais referiu que foi identificado um problema que se revelou extremamente limitador do direito ao voto, que em condições normais não seria





admissível, que não permitiu o exercício do direito ao voto por parte de cidadãos que estão em lares, devido ao facto de não terem a sua morada no respetivo lar.-----

---Tomou a palavra o Vereador João Pedro Arraiolos, que cumprimentou os presentes e começou por confirmar que não houve votos nos lares, devido ao condicionamento da morada. Relatou que nas duas fases de voto antecipado, uma com a inscrição das pessoas e que decorreu no ultimo Domingo numa mesa de voto instalada na Câmara Municipal, com cento e seis inscritos e numa segunda fase foi exercido o voto por pessoas que estão em isolamento profilático. Acrescentou que não houve qualquer tipo de problema neste processo e que não houve necessidade de reconfiguração do número de eleitores por mesa, uma vez que nenhuma delas tinha mais de mil eleitores. Sobre a recolha de lixo discordou do que disse o Vereador António Moreira, não entendendo que haja um processo diferente de recolha dos resíduos sólidos. Mencionou que no mesmo fim de semana percorreu algumas ruas de Alpiarça e que não viu contentores muito cheios. Reconheceu que houve alguns problemas no Natal mas que no Ano Novo foi feito um reforço de recolha de lixo no Sábado, decorrendo o processo de forma normal. Deu nota que o Veterinário Municipal aposentou-se no dia trinta e um de Dezembro e já foi avançada uma possibilidade de prestação de serviços nessa área, tendo havido uma reunião com uma Veterinária, cujos termos serão acordados brevemente. Em relação à casa do bairro dos quarenta e seis fogos, informou que a situação já lhe foi reportada e que os serviços técnicos vão deslocar-se ao local para verificar a situação e encontrar a melhor forma de resolver o problema.-----

---Pedi a palavra o Vereador António Moreira para se referir à casa dos quarenta e seis fogos dizendo que no telhado existem algumas rachas e concorda que deve ser feita uma avaliação técnica.-----

---Interveio de seguida a Vereadora Sónia Sanfona, que voltou a referir-se à questão da pandemia, para clarificar que, na sua opinião, quem tem estado a fazer um aproveitamento de forma negativa da pandemia, tem estado preferencialmente a apontar baterias, não à responsabilidade individual, mas à responsabilidade das instituições. Considerou que não deixa de ser verdade que só se chegou à situação atual porque houve irresponsabilidade por parte de algumas pessoas, que não tiveram consideração para com elas próprias e para com os outros. Mencionou que se não se conseguirem travar alguns comportamentos, as medidas que se tomem a jusante não serão





suficientes para travar a transmissão do doença. Comentou que este não é o momento de apontar responsabilidades, mas de todos se unirem e conseguirem ultrapassar esta situação. Admitiu que não é possível conseguir um confinamento total se não se fecharem as escolas, o que não deixa mesmo assim de ser um problema, não só para os alunos mas também para os pais. Relativamente à Comissão Municipal de Proteção Civil, acha que não é a mesma coisa falar individualmente com as entidades, reconhecendo que há um contacto permanente, ou fazer uma reunião e debater os assuntos de uma forma coletiva e participada. Referiu que há Comissões Municipais de Proteção Civil a reunir duas vezes por semana. Sobre as eleições presidenciais, concordou que há circunstâncias que noutras condições não seriam admissíveis, referindo-se ao não exercício do direito de voto das pessoas que se encontram nos lares, realçando que as questões das moradas poderiam ter sido ultrapassadas administrativamente. Perguntou como foi feita a recolha dos votos dos munícipes em isolamento profilático.-----

---O Presidente observou que, em abstrato, todos estão de acordo em relação à questão da pandemia. Sublinhou que durante todo este processo se tem procurado chamar a atenção para a necessidade das pessoas se protegerem individualmente, protegerem os outros e a própria comunidade. Comentou que o processo de confinamento, admitindo a sua necessidade, terá de ser assumido da forma mais alargada possível, o que tem a ver com o próprio funcionamento das escolas, com tudo o que isso significa.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu, em relação à recolha de votos das pessoas em isolamento, que o Dr. Fábio Correia fez essa recolha em sua representação, com a Dra. Sofia Fonseca, jurista da Câmara que acompanha o processo eleitoral e foram convidados os delegados das candidaturas para acompanhar.-----

Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.-----





Proposta de Ata n.º 21/2020 - Reunião realizada no dia 27/11/2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---A Vereadora Sónia Sanfona fez algumas propostas de alteração.-----

---O Presidente colocou de seguida a Ata à votação, com as alterações propostas, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.

Ponto 02 – Proposta – Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PIMDFCI) – Almeirim, Alpiarça, Chamusca.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---O Presidente apresentou a proposta, realçando que esta já foi discutida, trabalhada e mereceu o parecer favorável da Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca, foi também remetida ao ICNF, para análise e emissão de parecer, que foi positivo. De seguida o Plano será enviado para consulta pública em última instância será aprovado pela Assembleia Municipal de Alpiarça. Referiu que até lá continua em vigor o Plano atual.-----

---O Presidente colocou de seguida a proposta à votação, tendo sido aprovado por unanimidade submeter o Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PIMDFCI) – Almeirim, Alpiarça, Chamusca, a consulta pública.-----

Ponto 03 – Informação Sobre Pagamento de Compensação por Alienação de Direitos Sobre Lotes da Zona Industrial.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente informação:-----

---O Presidente afirmou que este ponto tem como base uma informação jurídica sobre o eventual pagamento de uma compensação por alienação de direito de superfície de lotes da Zona Industrial. Esclareceu que esta informação é suscitada pela tomada de decisão da Câmara do dia vinte e sete de Novembro de dois mil e vinte, relativamente a uma proposta de transmissão do direito de superfície de quatro lotes da Zona Industrial e que essa decisão motivou uma





reclamação por parte do proprietário dos lotes. Mencionou que a Informação dos serviços jurídicos da Câmara vai no sentido de manter a decisão, com base no regulamento da Zona Industrial, abdicando no entanto de exercer o direito de preferência. Acrescentou que o argumento do proprietário é que à data da aquisição dos lotes, a escritura teria sido feita sem o ónus da compensação, ónus que nessa data o Regulamento não acolhia, mas realçou que o regulamento em vigor não pode ser desrespeitado por parte da Câmara.-----

---Pedi a palavra a Vereadora Sónia Sanfona para se referir à celebração da venda dos lotes ter acontecido antes da entrada em vigor do atual Regulamento, o que lhe causa algumas dúvidas quanto à sua aplicação. Realçou que os lotes foram adquiridos sem qualquer condicionante e sem o registo de qualquer ónus em termos de registo predial, e neste caso tem muitas dúvidas que se possa aplicar retroativamente o Regulamento que veio a ser produzido posteriormente. Acrescentou que se a pessoa adquiriu de boa fé, com um conjunto de regras e de ónus que respeitou, não pode, do seu ponto de vista, lhe ser oponível um regulamento posterior, se essa circunstância não constar do próprio regulamento do qual lhe tenha sido dado conhecimento.-----

---A Dra. Carla Borba cumprimentou os presentes e prestou alguns esclarecimentos. Referiu que, da breve análise que fez à regulamentação sobre a Zona Industrial, o que apurou foi que houve um primeiro regulamento que não impunha propriamente este tipo de compensação, mas impunha uma sanção por incumprimento de prazos de construção e de utilização dos lotes para os fins a que tinham sido vendidos. Lembrou que a primeira vez que surgiu uma norma a impor o pagamento deste tipo de compensação foi em dois mil e quatro ou dois mil e cinco, tendo havido uma atualização do regulamento, e que a partir daí começou a constar uma cláusula desta natureza, que impunha o pagamento de uma compensação pela venda dos lotes. Sublinhou que, desde que essa cláusula foi introduzida, o entendimento dos serviços foi sempre o de que na primeira transmissão aplicava-se sempre aquela norma do regulamento, o que foi prática do Município ao longo de todos estes anos, a aplicação da referida regra. Admitiu no entanto que pode ser colocada a questão da retroatividade, sugerindo na própria informação que o Regulamento seja revisto o mais rápido possível de forma a esclarecer, de um vez por todas, esta situação. Mencionou que, neste caso sobrepôs-se o princípio da igualdade, tendo em conta que



esta foi sempre a interpretação feita pelos serviços jurídicos e pelos serviços técnicos da Câmara.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona considerou que uma coisa é o entendimento que os serviços fazem da aplicação da lei, outra coisa é a forma correta como ela devia ser aplicada. Entende que as pessoas não podem ser sujeitas a ónus que não assumem ou que não lhes são comunicados e que desconhecem. Acrescentou que se uma pessoa invocar essa questão, é difícil justificar a manutenção de uma decisão com base no princípio da igualdade, mas com pouca ou nenhuma sustentabilidade na lei.-----

---A Dra. Carla Borba disse que o CPA, em versões mais antigas não era taxativo relativamente à impossibilidade de aplicar retroativamente estes regulamentos.-----

---O Presidente referiu que esta situação introduz um outro dado que é a questão da defesa do interesse público neste processo e de evitar enriquecimento ilícito, considerando que inicialmente paga um preço político.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona disse que há uma outra questão que se pode introduzir como justificação para a decisão do município, que é o facto do atual regulamento já existir há alguns anos, e os proprietários dos lotes da Zona Industrial têm a obrigação de o conhecer, tendo tido a possibilidade de verificar que havia uma norma que obrigava ao pagamento de determinado montante. Entende que este argumento, assente na invocação do interesse público, é o único suficientemente forte para que o município possa decidir em conformidade com o que está proposto na nota jurídica.-----

---A Dra. Carla Borba informou que a situação foi transmitida aos adquirentes, quando apresentaram o primeiro pedido do não exercício do direito de preferência, e a deliberação foi no sentido de não exercer e aplicar aquele valor, não se tendo nesse momento posto em causa uma prática que vinha sendo seguida. Posteriormente dirigiram-se aos serviços da Câmara, colocando a questão, tendo-lhes sido explicado toda a posição da câmara, tendo na altura feito o pagamento da compensação, embora não concordando. Acrescentou que não havia o desconhecimento da existência de um novo regulamento e da obrigatoriedade do pagamento da compensação.-----

---O Presidente lembrou que houve uma situação idêntica, mas em que a Câmara cobrava sempre a compensação em todas as transmissões, situação que foi retificada, aplicando-se desde aí esta

norma apenas na primeira transmissão. Perguntou se este ponto pode sair da reunião de forma a analisar melhor esta situação.-----

---A Dra. Carla Borba disse que não e prestou mais alguns esclarecimentos de índole jurídica.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona mencionou que concordava com o Presidente, no sentido de protelar esta deliberação para outra reunião de Câmara.-----

---O Presidente afirmou que, embora concorde quase integralmente com a informação jurídica, fazia a sugestão de retirar o ponto, de forma a avaliar e aprofundar melhor esta questão.-----

---O Presidente, de acordo com todos os Vereadores, retirou o ponto da Ordem de Trabalhos, que estará presente numa próxima reunião, com a informação reformulada e melhorada.-----

Ponto 04 – Proposta – Aprovação de Minuta – Contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo à Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias – Requalificação da Escola Básica do Frade de Baixo – Alpiarça – Código – ALT20-02-5673-FEDER-000097.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

---O Presidente disse que o empréstimo já foi aprovado e o que vem agora a reunião de Câmara é a aprovação da minuta do contrato.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos apresentou a proposta, esclarecendo que o empréstimo já foi aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal e foi submetido Autoridade para o Desenvolvimento e Coesão, tendo sido igualmente aprovado e que após a aprovação da minuta será submetido ao visto do Tribunal de Contas.-----

---O Presidente colocou de seguida a proposta à votação, tendo a proposta de Aprovação de Minuta – Contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo à Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias – Requalificação da Escola Básica do Frade de Baixo – Alpiarça – Código – ALT20-02-5673-FEDER-000097, sido aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE-----

Não houve período do público, considerando que a reunião se realizou por videoconferência.-----



ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

----Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram dezassete horas e trinta e um minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.-----

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

No uso de competência e poderes delegados/subdelegados por Despacho n.º XX/XXXX, datado de XX de XXXX de XXXX.
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição

